



Universidades Lusíada

Caiado, Nuno

Araújo, Maria de Fátima

Para uma reflexão sobre a prática profissional dos jovens assistentes sociais

<http://hdl.handle.net/11067/3480>

Metadados

Data de Publicação	1985
Palavras Chave	Assistentes sociais - Portugal - Lisboa, Assistentes sociais - Prática profissional - Portugal - Lisboa
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 01 (1985)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T16:21:21Z com informação proveniente do Repositório

PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS JOVENS ASSISTENTES SOCIAIS *

Introdução

Os assistentes sociais (a.s.) têm poucos hábitos de se encontrarem, ao contrário do que acontece com outras profissões. Daí que tivéssemos tido a preocupação e a iniciativa de promover um encontro de diplomados pelo ISSSL em 1981, tentando responder à necessidade de não perder o contacto com aqueles com quem trabalhamos e convivemos.

Apostámos num encontro onde nos pudéssemos rever, falar e reflectir um pouco sobre aquilo que, dum modo ou doutro, caracteriza a vida da maioria de nós: a profissionalização, a entrada num mundo e engrenagem com uma lógica e dinâmica bastante diferentes daquelas que até há pouco nos orientavam na escola. Este processo recheia-se, naturalmente, de dificuldades a que tentamos dar eco no Encontro.

O texto seguinte aparece dividido em três partes: 1. *Questões levantadas no Encontro*; 2. *Reflexões a partir do Encontro*; 3. *Questões genéricas sobre a profissionalização*.

Na base de 2. e 3. esteve um trabalho conjunto dos autores do texto, a partir do que foi dito no Encontro. Este, de certa forma, funcionou como um «brain-storming», depois aproveitado para a feitura de uma reflexão um pouco mais elaborada. Este trabalho é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

1. Questões levantadas no Encontro

1.1. Estágios do ISSSL

Os estágios decorrem num ritmo que é diferente do do pulsar da instituição em que é suposto o estudante se ter inserido. Esta dissonância significa uma certa dificuldade em perceber o trabalho real das instituições. A maioria dos projectos apresentados e consequentes programações seriam irrealistas se considerados num quadro de trabalho real.

Por outro lado, considerou-se que dos estágios resulta também um treino, um quadro de referências que fornece elementos inovadores e perspectivadores na vida profissional. Quer dizer que os estágios não têm que ser imediata e obrigatoriamente colados às limitações da realidade profissional.

* Texto adaptado das conclusões do I Encontro de A.S. do ISSSL de 1981 realizado em Maio de 1983.

É nesta ambiguidade, ou melhor, bi-valência, dos estágios, que residem as dificuldades sentidas pelos jovens profissionais. Ligada estreitamente a esta problemática está a questão seguinte.

1.2. Posicionamento profissional

Em muitos serviços nem sempre é claro qual a posição e âmbito do a.s. Esta indefinição ou até ignorância, pode ser encontrada nos vários escalões verticais (chefias, quadros intermédios...) e também nas relações horizontais (por exemplo, entre trabalhadores sociais no sentido lato). A esfera de acção do a.s. é difusa e dificulta, por vezes, o trabalho do profissional.

1.3. Da falta de estratégia de acção

Para alguns a.s. o problema é a falta de estratégia de acção. No entanto, e para que se possa definir uma estratégia de intervenção, mais do que um diagnóstico (que se encontra feito minimamente a maior parte das vezes) são precisas perspectivas, horizontes, objectivos.

1.4. A burocracia

Foi visto que a burocracia é um mal que estende os seus braços a tudo o que é sítio, serviço, departamento... A burocracia atrapalha!

1.5. Do deficiente conhecimento da realidade social

Alguns a.s. referiram que o seu não conhecimento directo de uma zona geográfica ou de uma área de intervenção cria dificuldades acrescidas ao seu trabalho. Este facto parece ocorrer sobretudo com técnicos que trabalham desinseridos das suas origens. Mais do que uma questão do «saber» é uma questão de sensibilidade.

1.6. Desconcerto entre a proposta da instituição e as necessidades dos utentes

Partindo do princípio de que a instituição X tem efectivamente uma proposta (não se dando, portanto, o caso infelizmente frequente, de ser uma instituição cuja utilidade social é nula), acontece que essa proposta nem sempre responde às solicitações e necessidades dos utentes. Esta discrepância origina, naturalmente, conflitos e problemas cuja gestão é difícil. Nem sempre os a.s. se inclinam para esse trabalho ingrato.

1.7. Que Política Social?

A ausência de uma Política Social integrada, coerente e inteligível enquanto tal, dificulta a percepção dos canais, serviços, equipamentos... a utilizar. A falta de informação da rede de serviços e dos sistemas de Segurança Social, de Habitação ou de quaisquer outros sectores agrava as condições de trabalho dos profissionais de SS.

2. Questões a partir do Encontro

2.1. Posicionamento do a.s. e estratégia de actuação

Pelo dito e não dito no Encontro e pela prática que já temos parece claro que o posicionamento do a.s. e a sua estratégia de actuação é uma questão chave no equacionamento da nossa profissão. Muitos erros e equívocos não desfeitos têm resultado em muitas

dúvidas e interrogações. Apesar das várias perspectivas em confronto, a discussão não se tem generalizado, ou pelo menos não tem chegado aos jovens profissionais de SS.

Discutir a estratégia profissional do SS relaciona-se, desde logo, com a nossa educação/formação e quadro de referências. Não se pede ou não se devia pedir que o a.s. abdique delas, as dispense quando às 9.30 horas entra no emprego. Nem sequer o a.s. deve consentir nesse absurdo. O que se exige é que o a.s. adeque a sua prática à situação concreta e real com que se defronta, tendo-a bem presente. Para isso, ele tem que desenhar uma estratégia, viável e consequente.

A capacidade de arriscar, o bom senso, a inquietude, a aceitação da fragilidade do equilíbrio, a permanente luta e tensão entre a tentação de integrarmos a realidade nos nossos próprios conceitos ou de sermos integrados por ela, são, «grosso modo», a essência e o risco da estratégia.

Ser ouvinte e sensível aos diversos sons e ritmos latentes na realidade, poderá ser, antes de mais, um bom método e uma primeira abordagem a um espaço onde devemos trabalhar e intervir.

Em qualquer manual encontra-se a noção mais simples de estratégia — um trajecto para chegar a metas previamente estabelecidas, sendo para isso necessário um primeiro período onde a reflexão não é uma etapa a esgotar-se e consumir-se em si própria, mas antes todo o processo evolutivo e dialéctico, com mediações, avanços e recuos inerentes não só a um projecto de intervenção mas a tudo o que mexe e está vivo.

Não podia, por isso, ser melhor o momento para revermos e pensarmos um pensamento muito glosado na escola: «Pensar para agir, agir para pensar melhor».

Numa profissão como a nossa, onde a solicitação à tarefa e o pragmatismo têm um peso muito grande (assumindo mesmo em determinadas áreas um perfil dominante e exclusivo), encontramos com frequência um pesado passivo em que a inércia e a sensação de facto consumado e inquestionável são muito fortes. Intervir é antes de mais um acto público em que se assume o conflito. É um risco que, no fundo, comporta a interacção dinâmica existente na velha e sempre actual figura teórica sujeito-objecto. É no seu seio que se aceita e acha possível, com toda a incógnita, a *mudança*.

A frustração clássica do a.s. — a impotência perante um passivo complicado e o «dejà vue» — reside neste equívoco: não assumir que o trabalhador social não é dono exclusivo das estratégias e das instituições e que o seu âmbito e a lógica do seu trabalho são sobretudo ao nível intermédio: o sucesso da sua actividade está em fazer mudanças onde elas são possíveis, criando condições para que isso aconteça.

As mudanças são possíveis em função de objectivos intermédios mediante uma leitura apurada da realidade e do delinear de uma estratégia profissional, que se viabilize inserindo-se criticamente na estratégia profissional, que haja incompatibilidade quanto a objectivos finais, quadros de referências, etc. As mudanças possíveis processam-se sobretudo a um nível micro, ao nível do âmbito de cada técnico, de cada grupo ou de cada organização e não tanto em termos super-estruturais (macro) onde o jogo é outro, completamente diferente. Aí jogam-se políticas globais, onde as componentes são mais gerais, fugindo obviamente ao domínio de técnicos de base, isolados. Não se deve, porém, perder de vista que é nesta dimensão (*política*) que assentam os factores decisivos da (não) mudança.

Ainda neste âmbito uma outra questão se coloca à profissão: qual a identidade, isto é, qual a especificidade do SS? Esta questão é tanto mais importante quanto não tem sido muito debatida, talvez por ter implicações várias na definição de estratégias individuais.

Historicamente o SS sofre uma abertura que lhe faz perder um espaço que lhe era por tradição inerente (a «assistência») adquirindo, por outro lado, uma especificidade que reside na utilização multifacetada de instrumentos, métodos e técnicas de análise, diagnóstico e intervenção originárias das Ciências Sociais. O SS tende, portanto, a ser uma *prática profissional* resultante da intercepção de áreas de conhecimento. O SS não possui nada de

especificamente seu em termos científicos: não é uma ciência ou técnica, mas talvez antes uma disciplina e um «modus operandi», uma prática que faz especial apelo às Ciências Sociais integrando o particular no global do real concreto.

O SS, utilizando os contributos de várias áreas do conhecimento e estando especialmente vocacionado para uma acção pragmática, encontra-se capacitado para realizar uma *síntese interventiva*, que é, afinal, tendencialmente, a especificidade do SS nos nossos dias.

Coloca-se ainda uma última questão de primordial importância: como é que os instrumentos adquiridos na escola têm sido postos a render da melhor maneira? Aquilo que discutíamos nas cadeiras teóricas e que, melhor ou pior praticamos nos estágios — diagnósticos, tipologias, planos de inserção e de acção, registos, avaliações, objectos e objectivos, diários, instrumentos conceptuais e operativos, aproximações estruturais e conjunturais, calendários, métodos quantitativos, técnicas de entrevista, fichas, etc. — que temos feito disto tudo? Quantos de nós escrevemos aquilo que fazemos ou não e porquê, com que objectivos?... Quantos de nós apenas fazemos o indispensável relatório de serviço para não sermos despedidos? Será fácil afirmar que existe desadequação do ensino do SS à prática. Mas parece que ela começa a ser fabricada por nós próprios, que por vezes desbaratamos o que de melhor aprendemos no ISSSL.

Uma estratégia e um posicionamento profissional correcto têm que ver, desde logo, com o pôr em prática muito do que aprendemos. A complexidade da realidade não se compadece com amadorismos ou tibiezas: exige uma acção qualificada que temos que saber protagonizar. *É preciso ter iniciativa!*

2.2. Relação escola-realidade profissional

Na sequência da questão da estratégia do a.s. e porque esta só pode ser avaliada e resultar do confronto entre a escola (espaço de formação) e a realidade profissional (espaço para a intervenção), convém relembrar quais os grandes parâmetros da nossa formação e as principais características dos sectores onde hoje a maioria de nós trabalha e intervém.

De uma escola e dum momento marcado essencialmente pelo apelo à reflexão, à planificação do trabalho, pelo esforço de interdisciplinaridade, pela criação de momentos de avaliação, pela consciência de que há novos campos abertos à profissão, que permitem um discurso, uma imagem e actuação diferentes do que havia até há bem pouco tempo, dessa escola, dizíamos, onde a realidade nos aparece com a medida de quem a faz e com um grande potencial de mudança, passamos para uma realidade (profissional) onde, na verdade, o tom é outro.

Por um lado constatamos que as áreas em que nos vamos inserindo, são exactamente as mais tradicionais e com mais raízes nas práticas de acção social mais marcadas pela filantropia e pelo enfoque caritativo/religioso/para-médico, em que a intervenção social, sendo um acto a que corresponde uma técnica, aparece por vezes aos olhos de alguns como um preciosismo desumanizante.

Ainda nesta linha há que referir o praticismo, a fraca interpelação perante as estruturas de cada serviço, a incapacidade/dificuldade de nos constituirmos como parceiros de diálogo e ausência de produção de conhecimento (em forma de texto, por exemplo), fruto da avaliação (mas não ficando por aí) de um trabalho continuado.

É vivendo esta difícil relação entre a escola que nos antecedeu e o meio profissional em que mais ou menos nos vamos inserindo, que nós podemos descobrir as clivagens e as principais contradições entre os dois polos desta relação.

Dizer que existe alguma inadequação entre a escola e a realidade profissional não é para nós nem um lugar comum nem uma defesa para a interrogação sobre se estaremos a desbaratar o que de melhor aprendemos (ver ponto anterior).

Perante alguma inércia e bloqueios encontrados, o caminho não é culpar os a.s. individualmente, mas antes tentar perceber quais as lacunas na nossa formação que nos

impedem hoje de ter uma síntese interventiva e criadora em estruturas/situações que ultrapassam o âmbito da nossa profissão.

De facto, existe um certo desprivilegiar de determinadas áreas (nomeadamente a Assistência e a Segurança Social) e um certo passar ao lado do quotidiano profissional mais monótono e menos criador, onde, no fundo, a maioria dos a.s. trabalham.

Esta atitude e opção deliberadamente tomada pela escola durante a nossa formação (lembre-se um certo elitismo com que os locais de estágio eram escolhidos, sobretudo no 4.º ano) será uma das razões para o bloqueio que hoje alguns de nós sentem, perante os locais e áreas de trabalho. Isto não invalida, antes reforça, a necessidade e a utilidade dos estágios em novos campos, mais abertos — poder local, educação, acção cultural e outros. É desta complementaridade que pode resultar uma preparação profissional mais adequada.

Pensamos, porém, que sendo importante, esse bloqueio não é determinante para um novo estilo de actuação, porque apesar de tudo a nossa formação forneceu-nos instrumentos, consciência crítica e a atitude metodológica para a avaliação e renovação do nosso trabalho.

Depois de tornar consciente este aspecto, é sempre bom ter presente a questão levantada no ponto anterior e que tem que ver com a maneira como assumimos o melhor da nossa formação, tendo ou não iniciativa e até que ponto vamos conseguindo realizar uma intervenção social consequente.

3. Questões genéricas sobre a profissionalização

Falar sobre a profissionalização facilmente significa duas coisas: a entrada no mundo «adulto», com valores e uma lógica nova; e as dificuldades decorrentes de um processo de integração no meio laboral igualmente com uma lógica e ritmos diferentes. Ambas as coisas são questionáveis, mas estas notas têm um âmbito pragmático e não se quedarão por uma desmontagem ideológica destes factos.

De qualquer modo, a profissionalização é algo que não costuma ser muito discutido, com as suas dificuldades, as suas consequências na aquisição de novos hábitos — bons ou maus — na família, na personalidade, na visão da vida e do mundo e da própria profissão que antes era uma coisa e que depois de «praticada» é outra.

As inúmeras interações que se processam na trilogia pessoa-organização-profissão (ou o modo de a exercer) tem grande importância que, contudo, cremos que não tem sido devidamente avaliada por quantos iniciam uma profissão.

Tentaremos dar algumas hipóteses e contributos para equacionar as dificuldades da profissionalização e pistas para pensar as riquezas e potencialidades deste chegar de novo ao mundo do trabalho.

3.1. Algumas hipóteses para a compreensão das dificuldades na profissionalização

Determinantes ou condicionantes:

- Nível micro — resistência à mudança de status e papel/ruptura com o passado;
- insegurança — do abstracto ao concreto, da teoria à prática;
 - mudanças de meio social, geográfico e afectivo/novas relações;
 - procura de identidade profissional;
 - choque de objectivos pessoais e os da organização;
 - relações frustrantes com o papel profissional, com colegas ou chefias; rotina;
- Nível macro — modelo económico de crescimento que favorece e fomenta a competição agressiva e o individualismo;
- incerteza — emprego transitório (sub-emprego, tarefa ou contratos a prazo) e instabilidade;

- degradação das instituições decorrente da falta de planeamento e desorganização dos sectores público e privado;
- Local de habitação longe do local de trabalho;
- Sistema de transportes medíocre.

3.2. Algumas potencialidades da profissionalização

Alguém que chegue de novo a um local de trabalho confronta-se frequentemente com um quadro ambiental já construído, com uma rede de comunicação já estabelecida e com os hábitos já institucionalizados.

Perante isto, este alguém pode sentir-se: à partida derrotado ou desarmado para vencer aquilo que lhe seja porventura desfavorável; optimista-triunfalista, pensando que como chega virgem e sapiente mudará tudo e todos rapidamente; ou pode, ainda, fazer uma síntese entre os dois extremos vendo por onde pode romper a teia e até onde quer/pode chegar. Convém aproveitar e maximizar os conhecimentos adquiridos na escola e pô-los a render no sentido de delinear uma estratégia e encontrar pistas de acção.

De seguida apresentam-se alguns exemplos possíveis para a formulação de uma estratégia de superação de dificuldades e que não caia na manipulação tecnocrática da realidade (alguns deles foram referidos no Encontro):

- estabelecer boas relações e relações de igualdade com os colegas de profissão;
- procura de competência como um meio e não como um fim; interagir competência e consciência;
- procurar determinar o espaço profissional do a.s. face a outras profissões e à estratégia global da instituição/clarificar a metodologia profissional de intervenção social;
- criar solidariedade entre os colegas, condenar e resistir às injustiças donde quer que venham;
- quebrar a lógica da cumplicidade, não reproduzir injustiças e explicitar porquê;
- manter uma informação técnica actualizada; não descurar a actualização técnica (formação contínua);
- provocar consensos;
- direito à diferença;
- dignificação do utente/cliente/beneficiário dos serviços que não pode ser encarado como «mais um» ou um número, mas como um outro, provavelmente debilitado por uma dificuldade;
- exercício do poder com autoridade mas sem autoritarismo;
- procurar criar dependências interdisciplinares de modo a promover uma abertura à complexidade da realidade e incentivar o trabalho em equipa.

À malta mais nova cabem acrescidas responsabilidades no que concerne a (re)definição da profissão, tendo uma postura e comportamentos diferentes do habitual, participando mais na APSS, criando uma dialéctica permanente entre trabalho-escola-sociedade que permita (re)pensar a profissão e o papel de cada um nela.

3.3. Uma avaliação possível para a profissionalização

Parece justo afirmar-se que as estratégias, mesmo quando são nossas, devem ser avaliadas. O processo de profissionalização é algo de determinante no modo de sermos profissionais ao longo da nossa carreira. Eis algumas hipóteses de reflexão para aferir o sucesso de uma profissionalização consciente e intencionalizada:

- temos utilizado (bem) o que aprendemos na escola?
- mudamos a profissão e a instituição (ao nível do possível) ou são elas que nos

mudam? O que mudou? Em quê e como (família, trabalho, afectividade, comportamentos, visão de vida)?

- o que está no centro da nossa actividade: o Homem, a pessoa (colega ou utente) ou a burocracia, a instituição, os nossos interesses individuais (diferente de pessoais)? Temos um primado do Homem e da Cultura ao seu serviço com a ciência e a técnica à sua medida, ou um primado da tecnologia e do desenvolvimento aos quais as pessoas se devem submeter?

Uma última questão merece ser desenvolvida. A propósito das dificuldades (cfr. nível micro) falou-se da passagem do abstracto ao concreto. Foi bem clarificado pela APSS que existe uma tendência dos trabalhadores sociais para iludirem as suas dificuldades de posicionamento estratégico no seio de uma instituição, desculpando-se com uma desadequação do ensino do SS à realidade. Sem tornear as reais disfunções (cfr. 3.2. e 4.1.) é também preciso dizer que o ISSSL é parte integrante do sistema educativo deste país, cuja principal característica é a descolagem entre a preparação académica e a vida (aparelho produtivo, valores culturais, quotidiano...)

Apesar das condições objectivas adversas, ou talvez por causa delas, o ISSSL tem mantido algumas pontes com a sociedade, facto infelizmente não generalizável a outras escolas superiores.

Com efeito, é absolutamente comum ouvir-se dizer que os jovens licenciados têm muitas dificuldades nos primeiros tempos de trabalho, que estão mal preparados, etc. A descolagem do ensino à prática e às necessidades dos aparelhos económico e funcional é real e geral, pelo que não se vêem razões para que o ISSSL fuja à regra, sendo mesmo verdade que está bem longe de ser dos casos mais graves.

*Fátima Araújo
Nuno Caiado*

NOTA DA REDACÇÃO

A Revista «INTERVENÇÃO SOCIAL» é um espaço de diálogo e de debate de ideias e experiências sobre temas sociais.

Espera-se por isso a colaboração dos leitores, através da elaboração de artigos, relatos de Intervenção profissional, estudos, etc.

Os textos, contudo, não deverão exceder as 20 páginas dactilografadas a dois espaços. A decisão da sua publicação é tomada pela Direcção da Revista e os textos não publicados não serão devolvidos.